



CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI 172/2018, DE 04 DE DEZEMBRO 2018.

EMENTA: CRIA O PROGRAMA CENSO INCLUSÃO E CADASTRO-INCLUSÃO PARA A IDENTIFICAÇÃO, O MAPEAMENTO E O CADASTRAMENTO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA, DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, Estado do Paraná, **APROVOU**, e eu **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Município de Campo Largo, o Programa Censo Inclusão e Cadastro-Inclusão, com o objetivo de identificar, mapear e cadastrar o perfil socioeconômico das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com vistas ao direcionamento das políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades desse segmento social.

Art. 2º O Programa Censo Inclusão e Cadastro-Inclusão deverão ser atualizados anualmente.

Art. 3º Com os dados obtidos por meio da realização do Censo Inclusão será elaborado o Cadastro-Inclusão, que deverá conter:

I – informações quantitativas sobre os tipos e os graus de deficiência encontrados;

3904/18
04/12/18
10



CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

II – informações necessárias para contribuir com a qualificação, a quantificação e a localização das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 4º O Cadastro-Inclusão será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Campo Largo.

Art. 5º Além de sua atualização anual, por meio do Censo Inclusão, o Cadastro-Inclusão deverá conter mecanismo de atualização mediante auto cadastramento.

Parágrafo único: O auto cadastramento será realizado na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social ou no site da Prefeitura Municipal de Campo Largo.

Art. 6º A coordenação do Programa criado por esta Lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social, à qual caberá:

I – adotar providências necessárias para o seu desenvolvimento e seu acompanhamento;

II – reunir os cadastros realizados por meio do site da Prefeitura Municipal de Campo Largo e na sua sede;

II – atualizar anualmente o Cadastro-Inclusão, de acordo com o disposto no art. 3º desta Lei.

Art. 7º Para a concretização do Programa criado por esta Lei, o Executivo Municipal poderá estabelecer ações, convênios e parcerias com órgãos públicos e entidades de direito público ou privado, obedecida a legislação vigente.



CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Alberto Klemes, 04 de Dezembro de 2018



Giovani Marcon
Vereador